



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12153 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

**REGIME DE COLABORAÇÃO, FORMAÇÃO CONTINUADA E O PACTO PELA APRENDIZAGEM NO ESTADO DO MARANHÃO: ações realizadas em meio a pandemia**

Daiane Lago Marinho Barboza - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Tyciana Vasconcelos Batalha - UFMA- PPGEED – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

**REGIME DE COLABORAÇÃO, FORMAÇÃO CONTINUADA E O PACTO PELA APRENDIZAGEM NO ESTADO DO MARANHÃO: ações realizadas em meio a pandemia**

## **RESUMO**

O presente texto é um recorte de uma pesquisa de Mestrado que está na fase de levantamento de dados, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Coletou-se os dados referentes à formação do Pacto pela Aprendizagem, junto aos técnicos da rede alocados na secretaria de educação do estado, objetivando situar o leitor sobre as ações formativas promovidas em regime de colaboração com os municípios durante o período da pandemia do COVID-19 e que perdura até o momento. Assim o recorte desta pesquisa, compreende o ano de 2020 que é o período crítico de reorganização das redes para oferta de formação continuada. Como resultados, pode-se observar que as ações envidadas têm surtido efeito junto às redes municipais, considerando que nos períodos críticos da pandemia foi garantida a formação continuada a todos os professores alfabetizadores da rede pública de ensino do estado do Maranhão.

**Palavras-chave:** Pandemia. Formação Continuada. Pacto pela aprendizagem. Regime de Colaboração. Professores alfabetizadores.

## 1 INTRODUÇÃO

A questão da formação continuada de professores no Brasil e, em particular, no Maranhão, tem sido alvo de muitas discussões, estudos e investimentos em políticas públicas que atendam às necessidades dos sistemas de ensino, e que impactem nas ações formativas desenvolvidas nas redes municipais do Estado.

A formação de professor para atuar na educação básica é normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), em seu artigo 62, §1º, bem como pelo Plano Nacional de Educação (PNE) “Meta 16”, e pelo Plano Estadual de Educação (PEE) do Maranhão “Meta 17”. Nos marcos legais, supramencionados, está expresso que a União, o Distrito Federal, Estados e Municípios em Regime de Colaboração, devem promover a formação inicial e continuada, e a capacitação dos profissionais do Magistério (BRASIL, 1996, 2002, 2009, 2014; MARANHÃO, 2014, 2015, 2019; ARAUJO; NICÁCIO, 2019). Além de ser garantida nesses marcos legais, nunca foi tão latente a necessidade de formação continuada para professores, especialmente no contexto pandêmico em decorrência da Covid-19 (SARS-CoV-2), que impõe a todos a necessidade de reinventar o seu fazer pedagógico para melhor atender aos alunos.

Frente à pandemia da Covid-19, medidas de biossegurança, tomadas dentro do contexto de vigilância sanitária, impediram, por meio de decreto de vários governadores brasileiros, inclusive do Maranhão, que a formação ocorresse de modo presencial, e de forma rotineira e programada. Como solução, a opção global para responder a esta situação peculiar e não parar o processo educacional, foi adotar a oferta do ensino na modalidade remota ou híbrida pelos sistemas educacionais.

O pacto pelo fortalecimento da aprendizagem, instituído em 2019, instituiu a Política Educacional Escola Digna, com o intuito de realizar ações pedagógicas, com o propósito de reforçar a colaboração entre a secretaria de estado da educação e as secretarias municipais de educação, por meio do desenvolvimento de ações voltadas à melhoria dos indicadores e à concretização das metas dos planos de educação.

Desta forma, esta investigação buscou a priori, identificar quais as ações formativas foram desenvolvidas pelo Pacto pela Aprendizagem no Maranhão, frente ao contexto educacional imposto pela pandemia da Covid-19? Para tanto, mapeou-se as ações formativas desenvolvidas pelo Pacto da aprendizagem no estado do Maranhão durante e no pós-pandemia, tendo como recorte principal o ano de 2020 que é o período crítico de reorganização das redes para oferta de formação continuada.

Trata, portanto, de uma pesquisa básica de abordagem quali-quantitativa, considerando que esta modalidade de pesquisa “interpreta as informações quantitativas por

meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106). Quanto aos objetivos se propõe a ser descritiva, pois “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”. SILVA & MENEZES (2000, p.21). Quanto aos procedimentos, se caracteriza como uma pesquisa documental, pois, é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006, p.1-2). As fontes utilizadas foram documentos disponíveis no banco de dados da secretaria de estado de educação que foram cuidadosamente coletados e analisados, a fim de registrar de forma fidedigna como a formação continuada foi tangenciada por meio das ações do Pacto pela Aprendizagem.

Assim, essa escrita se compõe pela descrição do que é o Programa Escola Digna, Pacto pela Aprendizagem e estruturação das ações formativas em regime de colaboração no período da pandemia da Covid-19.

## **2 O PROGRAMA ESCOLA DIGNA: regime de colaboração, formação continuada e pandemia da covid-19**

O Programa “Escola Digna” objetiva propiciar às crianças, jovens, adultos e idosos, atendidos pelas redes de ensino (estadual e municipal), o acesso à infraestrutura necessária e adequada à formação de cidadãos livres, conscientes e preparados para atuarem profissionalmente nos mais diferentes campos da atividade social. O programa é um marco na atuação do Estado em regime de colaboração com os municípios, tendo sua conversão na política educacional “Escola Digna”, com a aprovação da Assembleia Legislativa do estado, na Lei n.º 10.995, de 11 de março de 2019 (MARANHÃO, 2019a).

Outro marco normativo foi o Decreto nº 34.649, de 2 de janeiro de 2019 (MARANHÃO, 2019b), que institui o “Pacto pela Aprendizagem”, com a finalidade de reforçar a colaboração entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e as secretarias municipais, com vistas à melhoria dos indicadores e à concretização das metas dos Planos de Educação. As projeções do estado são de implantar, implementar e corroborar com políticas governamentais que promovam a qualificação do professor, considerando que isto pode ser refletido diretamente na melhoria do ensino e aprendizagem de estudantes maranhenses.

Concordamos com Facci (2003), quando esta considera que é o trabalho mediado pelo professor que fará a diferença no aprendizado do estudante, e isto só pode acontecer se este tiver plena consciência de seu próprio fazer de professor. Faz-se necessário, portanto, que os educadores conheçam as mais diferentes possibilidades de trabalho pedagógico, para que possam planejar e construir a sua prática de forma significativa, reinventando-se

continuamente, e refletir sobre isso subentende um caminho salutar para uma mudança de pensamento e construção de um processo formativo que contemple tais questões.

Nessa busca de reinventar-se, a formação do professor é contínua, transformando-o em um professor pesquisador, por conta das múltiplas experiências que podem ser desenvolvidas com atividades diversificadas e planejadas de acordo com as condições reais às quais está envolvido.

### **3 AS CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS DO PACTO PELA APRENDIZAGEM NA PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA**

A formação de professores desenvolvida no âmbito do Pacto pela Aprendizagem para o período pandêmico iniciou-se oficialmente em 2020, em formato inteiramente remoto, para atender às demandas do contexto atual, e com a continuidade em 2021 e 2022. As ações formativas estão sendo desenvolvidas em formato híbrido, ampliando as possibilidades de participação dos professores diante da realidade existente até então. Assim, urge a necessidade de reflexão sobre a prática do professor a partir da formação continuada ofertada nesse formato. O que torna imperativo desencadear uma pesquisa que mensure e registre os impactos no ensino e aprendizagem dos estudantes do território maranhense, considerando a realidade das diferentes redes municipais frente a estes desafios.

Neste sentido pontuou-se algumas das ações formativas envidadas no escopo do Pacto durante o período de 2021. O curso Ensino Híbrido na Prática, é uma dessas ações destinadas aos professores do Ensino Fundamental das redes municipais, com foco no modelo Virtual Aprimorado, que despontou como uma possível estratégia para o retorno gradual das aulas presenciais pós-pandemia. De acordo com dados consultados, disponibilizados pela equipe técnica que compõe o Pacto pela Aprendizagem, o referido curso envolveu diretamente 11.631 participantes de 208 municípios, representadas por 3.494 escolas. Abaixo na figura 1, se vê o registro da certificação de professores.

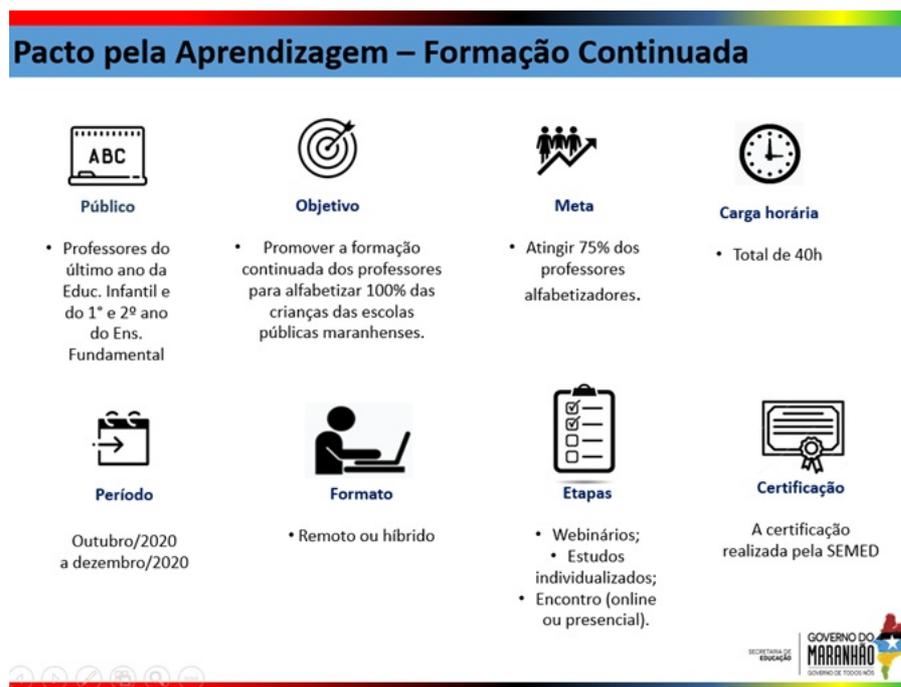
Figura 1 – Certificação de professores no curso Ensino Híbrido na Prática



Fonte: Arquivo das pesquisadoras (2022)

Pode-se observar também na figura 2 abaixo, o fluxo formativo organizado pela Secretaria de Estado do Maranhão (SEDUC) para os ciclos formativos. A demanda de formação acontece em modelo de cascateamento, iniciando com o Ciclo Estadual em que participam Articuladores Pedagógicos Municipais e Estaduais que recebem a formação diretamente dos formadores da SEDUC, logo em seguida replicam a mesma formação com professores alfabetizadores das redes municipais.

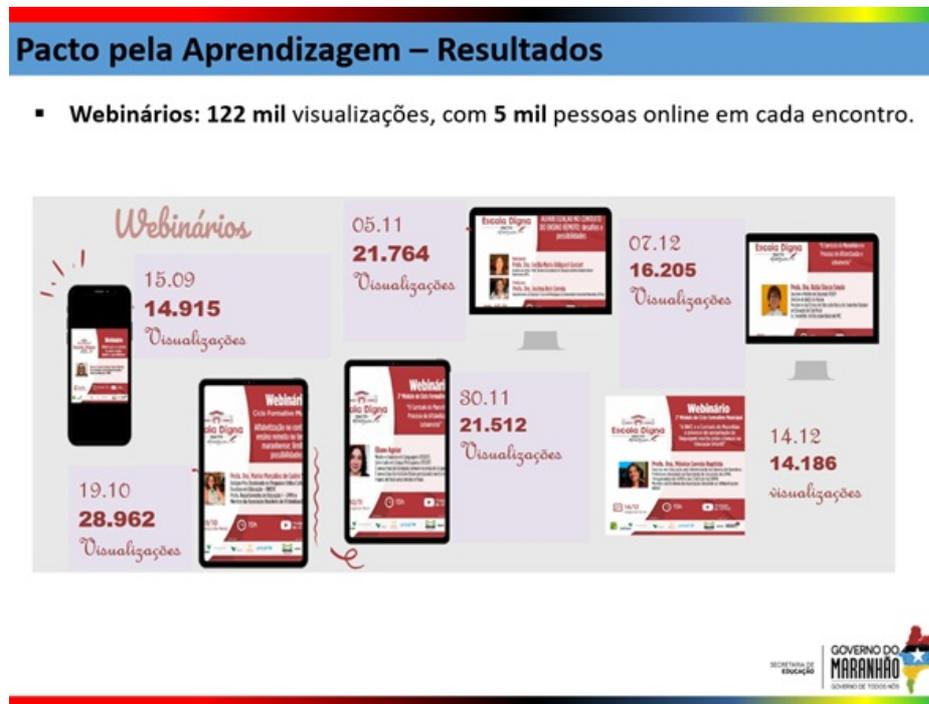
Figura 2 – Fluxo Formativo



Fonte: Arquivo das pesquisadoras (2022)

Na composição da formação estão inseridos webinários transmitidos de maneira síncrona pelo canal do Youtube da SEDUC, e disponibilizados permanentemente para consulta posterior. Abaixo na figura 3 se vê o alcance por meio das visualizações.

Figura 3 – Alcance dos webinários formativos



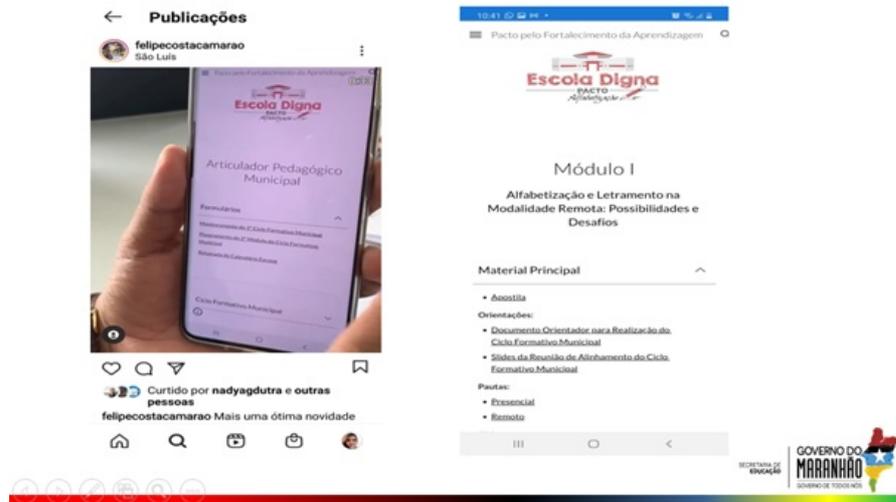
Fonte: Arquivo das pesquisadoras (2022)

Os materiais para a formação são disponibilizados no Aplicativo do Pacto pela Aprendizagem como se vê na figura 4. Nessa mesma plataforma interativa é possível coletar dados dos resultados provenientes das formações.

Figura 4 – APP do Pacto pela Aprendizagem

## Pacto pela Aprendizagem – Resultados

- Criação do **App do Pacto pela Aprendizagem**, para disponibilização dos conteúdos (textos, atividades, tutoriais e vídeos) para os cursistas e equipes municipais.



Fonte: Arquivo das pesquisadoras (2022)

Na investigação, conseguiu-se coletar os dados do alcance de 2 módulos formativos do Ciclo Municipal. No 1º módulo intitulado: Alfabetização e Letramento: desafios e possibilidades aconteceram encontros nos municípios em formato remoto e presencial, alcançando o quantitativo de 8.886 participantes professores da Educação Infantil e do 1º e 2º ano do ensino fundamental de 135 municípios.

Já no 2º módulo intitulado: O currículo do Maranhão e o processo de alfabetização e letramento contou com a participação de 5.961 professores da Educação Infantil e do 1º e 2º ano do E.F) de 115 municípios. Importante registrar que esses dados são atualizados diariamente e a realidade apresentada é referente a levantamento feito até a data de 09 de junho de 2022. As ações, portanto, têm sido contínuas e sempre com garantia de certificação. Registra-se também que os dados apresentados fazem parte de uma ação específica realizada em regime de colaboração entre estado e municípios, carecendo portanto, de continuidade na coleta e compilação dos mesmos, a fim de proporcionar ao leitor uma melhor exposição dos impactos da referida formação em tempos de pandemia.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do Regime de Colaboração são construídas com base no diagnóstico da educação no estado do Maranhão, e revela grandes desafios em tempos de pandemia do Covid-19. Antes desse período já existia o investimento na melhoria da infraestrutura das escolas maranhenses, como construção de escola, transporte escolar, alimentação e na formação continuada dos profissionais da educação, por estes serem os maiores pilares da política estadual. Entretanto, ao se considerar o novo momento pandêmico que atingiu o mundo, verificou-se que o impacto socio econômico do Covid propôs muito mais desafios

também no setor da educação. Para dirimir, dada situação, o Estado por meio do Pacto pela Aprendizagem disponibilizou ações formativas durante o período da pandemia, considerando a realidade imposta pelas restrições apontadas pelos organismos de saúde em nível mundial.

Houve, portanto, a reorganização das redes para oferta de formação continuada em formato síncrono e assíncrono, de forma híbrida e remota como meio de garantir que os professores estivessem devidamente instrumentalizados para planejar e materializar as aulas para seus estudantes com o máximo de qualidade possível.

Considera-se portanto, que esta investigação precisa de ampliação e aprofundamento nos impactos que foram percebidos pelos professores que participaram de tais ações, como, de outros complementos de análise que representem de fato, como estas se deram na prática.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 dez. 2021.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FACCI, M. G. D. A profissionalidade do professor de educação especial: Uma reflexão acerca do trabalho e processo de alienação. *In: Educação Especial e Teoria Histórico-Cultural*. Campinas: Autores Associados, 2003.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MARANHÃO. **Decreto nº 30.612, de 02 de janeiro de 2015.** Institui o Plano de Ações "Mais IDH" e seu respectivo Comitê Gestor, e dá outras providências. São Luís, MA, 2015. Disponível em: <https://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3768>. Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.995 de 11 de março de 2019.** Institui a Política Educacional "Escola Digna", e dá outras providências. São Luís, MA, 2019a. Disponível em: <https://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5425>. Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_. **Decreto nº 34.649, de 2 de janeiro de 2019.** Institui o Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem através do Programa Escola Digna, e dá outras providências. São Luís, MA, 2019b. Disponível em: <https://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5368>. Acesso em: 21 ago. 2021.

SILVA, L. S.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Manual de orientação. Florianópolis, 2001. Disponível em: Ac